



## ATA n.º 013/2016

Ata da décima segunda sessão ordinária do ano dois mil e dezesseis da Câmara Municipal de Inácio Martins, realizada em caráter experimental às dezenove horas do dia dezoito de abril. Com a presença de todos os vereadores o presidente declarou aberta a sessão e iniciando o **EXPEDIENTE** solicitou a leitura da ata número 012, da sessão do dia onze de abril, que foi aprovada sem ressalvas. Em seguida solicitou a leitura do Projeto de Lei n.º 015/2016 do executivo, Lei de Diretrizes para elaboração do Orçamento de 2016, encaminhado para análise das Comissões Permanentes. Após, foi lido o Requerimento 03/2016 do Vereador Jorge propondo a formação de Comissão Especial de Investigação para apurar eventuais irregularidades quanto a má gestão de bem, o qual estaria há mais de ano parado e sofrendo depreciação, bem como situações que indicavam a utilização de bem público para fins particulares, especificamente em relação ao bem: caminhão placas AID 8733 – Ford Cargo 1519, ano de fabricação 2014. Conforme previsão definida pelo Artigo 31, parágrafo primeiro, da Lei Orgânica Municipal, o presidente encaminhou o Requerimento para votação na Ordem do Dia desta Sessão. Encerrando, a leitura da Indicação de Serviço 003/2016, também do Vereador Jorge indicando a colocação de PLACAS DE SINALIZAÇÃO indicando o limite de velocidade dentro do Perímetro Urbano do Município de Inácio Martins, despachada para votação única na Ordem do Dia. Iniciando o uso da **TRIBUNA** o Vereador **SIDNEI LOPES** falou das votações sobre o impeachment da presidente da república comentando que não poderia deixar de comentar que viu que ali foram raposas velhas querendo uma a cabeça das outras que também queriam entrar no mesmo caminho e resumindo era ladrão pedindo a cabeça de ladrão, corruptos querendo derrubar corruptos para conseguirem um maior poder no Brasil. Comentou a votação da deputada Raquel Muniz do PSD de Minas Gerais que em seu discurso na votação citou o seu marido como um exemplo de gestor, sendo o prefeito de Montes Claros, que neste dia pela manhã havia sido preso pela Polícia Federal por corrupção, ficando claro que eram corruptos querendo derrubar corruptos, onde viu também deputados que não sabiam nem o que estavam fazendo na Câmara Federal relacionado com as homenagens que faziam antes de expressarem seus votos, sendo vergonhoso o que o Brasil e o mundo inteiro tinham visto nesse dia. Também comentou em relação ao projeto que concedia o piso salarial ao magistério municipal onde desde o primeiro dia que este projeto havia sido protocolado junto à Câmara Municipal vinha sendo muito falado inclusive pelo gestor municipal, que estava dizendo que o projeto já estaria a mais de sessenta dias na casa sendo segurado pelo Vereador Osvaldir, presidente da Comissão de Constituição, tendo sido protocolado no dia vinte e dois de fevereiro, portanto a menos de sessenta dias desta data, demonstrando que nem o prefeito sabia a data do protocolo, e ainda, como vários outros projetos, estava errado e precisou ser devolvido para correções, por isso acreditava que o prefeito estava perdido, não sabia o que estava acontecendo nem lembrava que tinha sido vereador por um ano, pois nem sabia que o Vereador Osvaldir estava amparado pelo Regimento Interno para pedir vistas do projeto e aparelhou todos os vereadores dizendo que não entendia, e não



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

LR

devia entender mesmo, pois durante o ano em que ficou como vereador nem leu a cartilha que deveria ter lido e se tivesse lido ao menos uma parte do Regimento Interno não estaria falando bobagens como vinha falando na rádio, mas uma frase tinha falado certo, que “infelizmente a prefeitura tinha feito a sua parte”, e tinha sido infelizmente mesmo pois em todas as sessões haviam reclamações de pessoas, relacionando com o pedido de abertura de nova comissão de investigação apresentado neste dia pelo vereador Jorge, sem falar em outros veículos que estavam jogados no pátio da prefeitura por falta de poucas coisas, e aí o prefeito dizia que não poderia aplicar o piso salarial do magistério por não ter índice quando deveria fazer uma contenção de gastos ou aumentar a receita, e havia comentado em uma reunião na qual estava presente que precisava ser feita uma reforma tributária pois a última havia sido feita pela Lei 420/2007, estaria defasada, concordando com isso mas questionando porque enquanto não era feita essa reforma não fosse executado o atual Código Tributário para tentar aumentar a receita ou o prefeito diminuísse seus cargos comissionados, que seria a única saída, por isso infelizmente acreditava que não teria acerto do executivo com os professores, e a greve dos professores deveria continuar. O Vereador **OSVALDIR** falou dos comentários do Vereador Sidnei em relação aos projetos que chagavam a esta casa complementando que durante a fala do prefeito na rádio na última quinta feira e também neste dia os números apresentados divergiam muito com os números reais; o prefeito reclamava que não tinha dinheiro; que a Receita Corrente Líquida do município teria diminuído nos últimos anos, e pediu aos vereadores e cada um dos presentes para que entrassem no Portal da Transparência do município e verificassem o que tinha acontecido com as receitas do município desde o mês de novembro de 2013, quando o prefeito assumiu o município, até março deste ano, quando a receita passou de um pouco mais de vinte milhões em 2013 para vinte e seis milhões e a pergunta era que, se os governos não estavam ajudando como o prefeito reclamava, e teria perguntado de forma irônica “cadê a pátria educadora?” de onde teriam saído estes seis milhões de reais que vieram incrementar o orçamento, se seriam da arrecadação dos impostos municipais que vinham diminuindo ano a ano pela sonegação e pela não cobrança dos impostos, deixando essa pergunta. Em relação aos projetos de leis que chegaram na casa sobre a correção dos salários dos servidores, ao mesmo tempo em que o prefeito dizia que não podia pagar aquilo que era de lei aos servidores de uma forma geral, não somente para os profissionais do magistério e trabalhadores da educação, onde todos estavam perdendo, estava enviando projetos para a casa pedindo a contratação de mais cargos comissionados. Sobre a questão técnica desses projetos falou sobre o projeto n.º 012/2016 que previa a alteração orçamentária para contratação de quatro motoristas terceirizados, que já haviam sido contratados em janeiro desse ano e nesse caso estariam notificando o executivo no sentido de que fosse ratificado expondo o valor que realmente pretendia suplementar uma vez que a exposição de motivos dizia que pretendia suplementar sessenta mil reais e o projeto trazia uma suplementação de cento e vinte mil, o que estava errado por isso pediam o esclarecimento da forma como se dariam as despesas com pessoal decorrentes da terceirização e previstos no referido projeto considerando que o limite de despesas com



peçoal do município já estava acima do limite; o prefeito estava chorando a respeito disso dizendo que não tinha limite para pagar o que seria de direito dos funcionários, por isso pediam para que mandasse um documento dizendo que teria dinheiro para fazer esta suplementação e o que estava se propondo, e ainda que estavam pedindo para que mandasse cópia do contrato com essa empresa, que seria datado de janeiro desse ano, e ainda um parecer jurídico dizendo que um funcionário contratado por uma empresa terceirizada poderia dirigir um ônibus público, e se isso viesse a contento a projeto seria votado. Ainda falou sobre o projeto de lei prevendo a contratação de diretor do Departamento de Habitação em cargo comissionado e terceirização de uma psicóloga para atender na Secretaria de Promoção Social, sobre os quais estariam pedindo números reais dizendo que tinha dinheiro suficiente para pagar o que estava se propondo. Disse que esteve na rádio na última sexta-feira justamente para fazer um contra-ponto ao que o prefeito havia falado no dia anterior, de que não entendia o porquê do pedido de vistas, e foi lá confirmar que realmente o prefeito não entendia nada do funcionamento da Câmara e talvez até do funcionamento da própria gestão municipal. Durante o tempo de liderança do Partido dos Trabalhadores solicitado ao Presidente no início de sua fala comentou o que havia ocorrido no domingo anterior, falando que achava engraçado que as pessoas falavam tão mal do governo do PT, de que não ajudava o município, dizendo que crimes cometidos pela presidente Dilma e pelo presidente Lula foram no interior do município que vivia na escuridão e o povo recebeu energia elétrica gratuita; em trazer gratuitamente para o município uma patrôla, caminhão e retro escavadeira, relacionando com o caminhão que estria jogado em Guarapuava, conforme denunciado pelo Vereador Jorge, ao qual parabenizou pelo trabalho que vinha fazendo. Questionou se seriam estes os crimes que aqueles deputados e deputadas honestos apontaram o dedo para a presidente e disseram que era uma criminosa e iriam lhe tirar do poder. Falou que o crime que o PT havia cometido era de dar oportunidade de agricultores familiares poderem investir nas suas propriedades através do PRONAF; de dar oportunidade para as minorias; para indígenas; para pessoas que nunca tinham acesso a bens de consumo de poderem comprar um veículo ou eletrodomésticos para suas casas, ou até de construírem uma casa no meio rural, que nunca os agricultores tinham tido essa oportunidade, perguntando novamente se eram estes os crimes que a presidente havia cometido. Disse que na reunião passada já previa esse resultado, pois havia se formado um complô muito grande no país, pela elite brasileira que financiava muitos deputados, o que podiam ter visto na votação do impeachment onde deputados não estavam preparados para representar o povo, se demonstrando preocupados apenas com as suas famílias ao se pronunciarem na hora do voto, por isso esperava que essa morte anunciada do projeto dos trabalhadores não trouxesse um transtorno grande a todos pois em Inácio Martins o comércio local vivia de bolsa família, de aposentadorias e benefícios sociais, o que não iria acabar repentinamente, pois a injeção que havia sido dada no dia anterior iria matando aos poucos e o povo trabalhador iria morrer dentro de dois ou três anos com essa injeção dada na classe trabalhadora o que atingiria de forma drástica a todos aqueles que haviam acreditado que um dia os trabalhadores poderiam estar no poder através de um



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

kl

trabalhador, o ex-presidente Lula. Encerrou dizendo que lhe decepcionava os deputados que haviam votado daquela forma; que foram chantageados por aquele que queria ser presidente sem nunca ter sido votado e pelo presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha, que na sua opinião talvez fosse a ave mais agourenta da política brasileira. O Vereador **JORGE BOEIRA** falou sobre o caminhão ao qual havia apresentado a denúncia neste dia, um Ford Cargo 1519, placas AID 8733, que segundo a denúncia encontrava-se a mais de um ano em depreciação no pátio de uma determinada retífica de motores na cidade de Guarapuava e foi averiguar a situação para ver se condizia como que tinha ouvido de cidadãos. Contou que conversou com mecânicos responsáveis pela empresa sobre o relatório do orçamento de peças que também lhe falaram a respeito do motivo que o motor desse caminhão teria batido, se tratando de um motor Cummins projetado para um milhão de quilômetros, e esse caminhão com dezoito mil quilômetros teve seu motor batido quando deveria ainda estar na garantia do fabricante, mas por falta de manutenção o fabricante não concedeu a garantia, e tinha sido avisado pelo motorista que estava sem o filtro de ar e foi usado até que estourasse o motor. Contou que o orçamento da empresa previa aproximadamente trinta mil reais para a recuperação, mas poderia chegar a sessenta mil reais. Contou também que esse caminhão foi pego perto do município do Pinhão, por Inácio Martins, e que ao fotografar o veículo e analisar o diário de bordo pode ver que o motorista era o senhor Elio Andrade, mas no dia dezessete de janeiro de dois mil e quinze, um sábado, havia sido utilizado por outro motorista, senhor Osvaldo, tendo saído do município às oito horas e trinta minutos, com destino à Guarapuava, para transportar uma mudança, fora dos limites do município, tendo retornado às quinze horas aproximadamente, tendo rodado cento e cinquenta quilômetros, e no dia útil seguinte o motorista responsável ao se utilizar do veículo antes mesmo de chegar ao serviço já teve o problema no motor, pois este não poderia ter rodado sem o filtro de ar. Ainda falou que o caminhão encontrava-se com os vidros abertos depreciando mais ainda, molhando por dentro, um bem público, veículo do ano 2014, que poderia estar sendo utilizado por agricultores para recuperar estradas do interior e isso o prefeito não sabia contar na rádio. Disse que estava apresentando a denúncia já pedindo aos pares o apoio na aprovação para que fosse investigado o fato, pois precisavam esclarecer o mau uso do bem público pela atual administração e não podiam deixar isso impune. O Vereador **GILNELSON** disse que precisava tocar em assunto que já havia sido comentando bastante, mas precisava falar, pois às vezes passavam por algumas situações que não gostariam, mas não tinha outro jeito, referindo-se ao fato de que haviam sido acusados pelo prefeito em seu programa de rádio de estarem retendo o projeto de lei que tratava da reposição do salário dos professores, o que não era verdade; a greve da categoria não tinha sido motivada porque o projeto ainda estava aqui, e a fala do prefeito na rádio dizia basicamente que a greve estaria acontecendo devido a este projeto, porém, essa greve já tinha começado a se desenhar durante as negociações do ano anterior quando não houve acordo com os professores sobre a reposição do piso salarial e isso lhe dava respaldo para vir à Tribuna dizer o que realmente tinha acontecido, pois não podiam ficar reféns de um posicionamento só para que se justificasse o que não estava



acontecendo; não poderiam deixar a credibilidade de todos os vereadores, inclusive os da base do prefeito, sendo questionadas por uma coisa que não lhes dizia respeito. Disse que na administração pública dentro da separação dos poderes a cada poder competia alguma coisa e ao Legislativo não cabia dizer que uma categoria devesse ter certo percentual de aumento, e sim cabia aos vereadores discutirem os projetos, o que vinham fazendo nesta casa e aqui não entravam projetos goela abaixo, todos os vereadores tinham muita tranquilidade e imparcialidade ao discutirem os assuntos que eram de interesse da população, os funcionários também faziam parte da população e deviam olhar para os funcionários sim. Vendo que estavam na sessão funcionários da área administrativa falou aos mesmos que deviam tomar como exemplo o que os professores estavam fazendo, pois eram muito passivos, ficavam esperando, estavam com um plano de cargos e salários que já estava desde 2012 para ser executado e só ficava na promessa e era também a hora de começarem a se organizar e cobrar o que lhes era de direito, senão, iriam se passar os anos e não teriam nenhuma reposição com base no que estava previsto na Lei 482, que tratava do plano de cargos e salários dos servidores. Falou sobre o projeto de lei recebido neste dia, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, dizendo ser um momento que o cidadão tinha para também trazer a sua opinião; que não era a lei mais importante no planejamento da execução das despesas públicas, mas era uma parte das peças orçamentárias, e a exemplo do que já tinham falado em leis anteriores faltava um pouco de planejamento e criatividade na hora de elaborar a LDO, sendo talvez a hora dos funcionários começarem a discutir que rumo iriam ter nos próximos anos com relação a reposições salariais e a implementação do plano de cargos e salários. O Vereador **VALDIR CABRAL** usou a palavra para complementar a fala dos demais vereadores a respeito dos projetos que estavam tramitando na casa, a exemplo do projeto de reposição salarial do magistério dizendo que tinham preocupação, sabia que existiam profissionais de outras áreas também esperando o desenrolar disso tudo, mas conforme os vereadores haviam comentado dependiam de pareceres técnicos, contábil e jurídico, para poderem ter tranquilidade. Novamente falou de sua forma de trabalhar que além de legislar e fiscalizar dentro de suas funções como vereador sempre procurou complementar assessorando e apoiando o executivo e desde o início do período de sua gestão, independente da situação por ter disputado uma eleição com o atual prefeito, não seria por isso que ficaria simplesmente fazendo oposição a tudo e a todos; que sempre procurou além de apoiar, alertar principalmente nas questões dos gastos do dinheiro público, do mau gasto e do mau cuidado com os bens públicos, pois estavam vendo situações pela experiência que tinha e pela vontade de ajudar, como os números da folha de pessoal, e sendo realista podia dizer que não existia nenhum milagre que pudesse melhorar a arrecadação nesse ano e dentro das necessidades de contratação de profissionais para cada programa como dentistas para atender o setor rural, e qualquer coisa que aprovassem fora da lei estariam sendo coniventes com o limite de gastos com pessoal por isso estavam tendo cuidado. Aproveitou para fazer um esclarecimento, pois futuramente poderiam ser interpretados de má forma ou má intenção pelo prefeito, não diretamente, mas por pessoas ligadas ao grupo político que poderiam dizer que estavam



atrapalhando e não queriam levar benefícios para tal comunidade ou para tal setor, por isso sempre tinha esse cuidado e falava de forma tranquila e com conhecimento porque em nenhum momento teria o constrangimento de sentar junto com o prefeito, equipe técnica, alguém de todos os setores, assim como se prontificou a fazer isso com o magistério nesse dia; não tinha perseguição do lado do prefeito nem medo de perseguição, comprometimento político e favorecimento nenhum, o que lhe credenciava a não ficar brigando a toa por essas pequenas coisas sabendo que às vezes isso acontecia em algum momento, agradecendo os demais pares que já no momento tomavam as dores do legislativo e saíam em defesa do poder ou de esclarecimentos. Disse aos presentes que Inácio Martins tinha jeito e não deviam se desesperar e sim lutar, citando o projeto de lei das diretrizes orçamentárias ao qual deveriam acompanhar e votar bem,; que a partir do próximo ano poderia ter um novo governo, mas deveriam acompanhar para desde o início terem uma boa gestão, o que não precisava muito, pois em um curto período que assumiu o executivo, apesar da situação em que assumiu, respeitando a equipe técnica, os números e respeitando a todas as categorias conseguiu administrar por cerca de dez meses dentro de um mesmo exercício, falando isso para dizer que respeitando os números teriam condições de quando chegasse a necessidade de conceder uma reposição para o funcionalismo teria condições, contando que nesse período de administração, apesar das divergências todas as vezes que teve situações com pessoal a exemplo do magistério com aumento do número de professores, carga horária, e hora atividade, se reuniam com APP, representantes dos professores e sua secretaria da educação, à qual agradeceu por sempre ter sido imparcial por pertencer ao setor de educação, e procurou não defender somente o executivo mas atender a toda categoria, o que lhe trouxe bons resultados nunca tendo problemas de confrontos e desentendimentos, e ainda disse que a sua felicidade em relação às pessoas que lhe assessoram era de que chegaram a números que davam condições de atender a todas as áreas como a folha de pessoal com 45,67% que era um número bom apresentado no último quadrimestre daquele ano e assim, em qualquer situação que precisasse teria como trabalhar, sendo claro que para isso não era preciso milagres nem muitos números, e sim reduzir cargos comissionados, ter comprometimento, e nesse período pode ter a experiência de que tem jeito e é possível. A **ORDEM DO DIA** iniciou com a votação da Indicação de Serviço 003/2016 do Vereador Jorge, lida no Expediente. Na discussão o proponente expôs seus argumentos explicando que há algum tempo a população vinha reclamando devido ao alto limite de velocidade dos veículos nas vias do perímetro urbano, principalmente na rodovia próximo a entrada para a ASMIM, que tinha tráfego de veículos escolares e podiam perceber veículos chegando de Irati na média de cem quilômetros por hora colocando as pessoas em risco, por isso apresentou a proposição. O Vereador Gilnelson colaborou com a discussão falando de situação igual que ocorria na Vila Nova lembrando que até um abaixo assinado da população já havia sido encaminhado para o prefeito e até o momento nada havia acontecido, dizendo que esperava que a discussão fosse levada adiante envolvendo o Conselho de Trânsito e também o Conselho de Segurança para que houvesse uma discussão mais efetiva em cima disso, pois havia



# *Câmara Municipal de Inácio Martins*

CNPJ 77.778.827/0001-55

(KF)

problemas também no centro da cidade onde a irresponsabilidade de motoristas fazia com que os mesmos bebessem e achassem que as ruas eram pistas de corrida, concordando que devia também ter uma atenção para a região proposta, pois a exemplo da situação na Vila Nova logo poderia acontecer uma tragédia. O Vereador Osvaldir também fez comentários questionando que o município ainda não havia municipalizado o trânsito, nenhum órgão era gestor dessa questão de sinalização e assim o responsável seria o DETRAN. Lembrou que recentemente uma empresa terceirizada tinha colocado a sinalização vertical e horizontal nas vias urbanas, e via que na PR 364, mesmo sendo perímetro urbano não competia ao município colocar placas de sinalização, sugerindo que fosse alterado o texto da proposta remetendo aos órgãos estaduais para atender a solicitação, pois tinha visto o contrato da empresa citada a qual tinha responsabilidade sobre toda a sinalização a ser colocada, e assim deveriam verificar se estava previsto nesse contrato a colocação de placas de redução de velocidade, falando que em alguns casos a colocação de redutores de velocidade seria mais eficaz do que placas de sinalização. O Vereador João Artur disse que não concordava com limite de velocidade em algumas vias do município e também que achava desnecessária uma Indicação de Serviço seguir para votação, mas concordou com o Vereador Gilnelson sobre a questão do trânsito na Vila Nova que poderia ocasionar um acidente com vítimas a qualquer momento. Parabenizou o vereador proponente pela iniciativa e preocupação, mas mesmo assim considerou desnecessária a votação da matéria pois achava que era mais necessário as cobranças a partir da Polícia Militar para que as pessoas maneirassem e segurassem a velocidade. As discussões continuaram sobre a matéria com a intervenção da Vereadora Rita, do Vereador Laurici e do Vereador Valdir que também manifestaram suas sugestões e opiniões sobre a matéria, todos destacando suas preocupações com a segurança da população. Em votação a Indicação foi aprovada com os votos contrários da Vereadora Rita Taborda e do Vereador Laureci e determinado seu encaminhamento para o executivo municipal. Em seguida constou a votação do Requerimento 03/2016 do Vereador Jorge propondo a criação de Comissão Especial de Investigação também lida no Expediente, e cuja justificativa foi lida nesse momento. Na discussão apenas o vereador proponente reafirmou o que havia comentado na Tribuna em relação às denúncias recebidas, e o presidente colocou a matéria em votação a qual foi aprovada com todos os votos favoráveis. Como o requerimento havia sido apresentado apenas por um vereador e não tendo havido acordo entre as bancadas para a composição foi procedido sorteio para a sua formação onde foram sorteados e declarados pelo presidente como membros dessa comissão os Vereadores Osvaldir Nunes Pereira - PT, Laurici José de Oliveira - PSDB e Sidnei Lopes - PSB. Após, o presidente solicitou aos vereadores que elessem presidente e relator e informassem a presidência para a devida publicação. Continuando com a Ordem do Dia constou o segundo turno de votação dos projetos de leis números 06 e 010 de 2016, ambos propondo a concessão de revisão salarial aos profissionais do magistério municipal e aplicação do piso salarial nacional. Na discussão dos projetos o Vereador Osvaldir disse que esses projetos já haviam dado muita polêmica, mas durante a tarde na reunião das comissões uma comissão de professores, que haviam



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

(Handwritten initials)

acompanhado toda a tramitação dos projetos, pediu para que fossem votados para não prejudicar a implantação do reajuste de 3,5% retroativo a março, ainda neste mês de abril, mas a votação não tinha nenhuma relação com a paralisação dos professores e trabalhadores da educação, na qual a pauta era muito mais extensa do que isso e deveria continuar, e também falou sobre uma simulação que havia sido feita referente as perdas salariais com a reposição da forma que estava sendo proposta. Ambos aprovados com todos os votos favoráveis passa a constar como Leis n.º830/2016 – “Dispõe sobre a implantação do Piso Salarial aos profissionais da educação básica municipal”, e n.º 831/2016 - Concede reposição salarial aos servidores do Magistério do Município de Inácio Martins no índice de 10,5%. Também em segundo turno as matérias do Legislativo sendo o projeto n.º 02/2016 sobre a regulamentação do transporte universitário no âmbito do município, e n.º 05/2016 da Mesa Diretora propondo a correção dos subsídios dos agentes políticos em 10,5%. Na discussão, em relação ao primeiro projeto o proponente comentou apenas para constar que no jornal Folha de Irati da semana anterior tinha uma matéria sobre Mallet dizendo que naquele município o prefeito apoiou no ano de 2015 os estudantes universitários com um valor de quase seiscentos mil reais e lá os estudantes pagavam apenas dez reais, também através da associação, uma taxa simbólica para poderem usar esse transporte, de Mallet para Irati e União da Vitória, e apesar desse transporte ser também terceirizado o município não onerava os estudantes, contando que segundo os estudantes que estiveram na audiência pública a maioria dos municípios vizinhos cobravam apenas taxas simbólicas de seus estudantes, diferente deste município que no início do ano estava cobrando cento e oitenta reais por aluno que fazia uso do transporte, no momento reduzido para cento e trinta reais, mesmo assim caro para alguns que nem isso conseguiam pagar. Aprovados com todos os votos passaram a constar como Leis n.º 832/2016 – Regulamenta o Transporte Escolar Universitário no âmbito deste município, nos termos da Lei Federal n.º 12.816/2013, e n.º 833/2016 – Dispõe sobre a concessão de reajuste aos subsídios dos políticos do Poder Legislativo de Inácio Martins, no índice de 10,5%. Em primeiro turno o projeto 006 de proposição do Vereador Osvaldir declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária Rural Professora Alina, da comunidade de Campina Bonita, sem receber discussão foi aprovado com todos os votos favoráveis. Na **EXPLICAÇÃO PESSOAL** o Vereador **OSVALDIR** apenas agradeceu a todas as pessoas que estiveram nesta sessão convidando para estarem mais vezes acompanhando os trabalhos da casa. O Vereador **JORGE** fez comentários a respeito do fato do domingo anterior na Câmara dos Deputados dizendo que era raro ver os deputados trabalhando aos domingos, mas estavam lá, alguns tendo a coragem, pois mesmo sendo corruptos, sujeitos a irem presos a qualquer momento, estavam lá para votar contra a corrupção, mas esperava que a lei chegasse a todos, não só à presidente Dilma e o PT, mas a todos os partidos envolvidos com a corrupção, dizendo que o lugar de corruptos e de bandidos era na cadeia. O Vereador **GILNELSON** registrou homenagens pelo falecimento do senhor José Nizer Padilha, conhecido na comunidade como José Padilha, dizendo que sua perda faria muita falta na comunidade, registrando suas saudades e condolências à família. Outro registro que fez foi sobre mais uma etapa do Campeonato





# *Câmara Municipal de Inácio Martins*

CNPJ 77.778.827/0001-55

Paranaense de Jiu-Jitsu onde os atletas locais honraram o município pelos resultados e nesta etapa trouxeram vinte e uma medalhas sendo quatorze de primeiro lugar e mais sete de segundo, sendo que estes estavam fazendo bonito, esse esporte estava provocando uma mudança muito boa na vida dessas crianças e esperava que isso continuasse por muitos anos porque estava fazendo muito bem. O Vereador **VALDIR CABRAL** também manifestou comentários sobre o fato do domingo anterior discordando de alguns colegas e dizendo que enquanto prefeito o município foi contemplado com vários programas e melhorias na estrutura com equipamentos, teve a oportunidade de conhecer a presidente, o que eram fatos importantes para Inácio Martins. Disse que foram bons programas e muitos benefícios, mas nada impedia de valorizarem o trabalho de alguns deputados, principalmente os do Paraná, onde o que viram foi um trabalho intenso e sabiam como vereadores que esse trabalho não era fácil, como seria às vezes se colocar votando a favor ou contra, serem pressionados, pois no caso havia interesse, mas pelo grande benefício que havia trazido o governo PT jamais seria esquecido, mas isso não era apenas um golpe nem uma perseguição, tinha sido avaliado por muitas instituições jurídicas, pelos poderes, pelos anseios da população nas ruas, e o respaldo teve, e como vereadores principalmente nesse momento deveriam saber criticar e avaliar a situação pois pelo que estavam sendo encaminhadas as denúncias em breve estes vereadores poderiam estar perante a Tribuna, perante a população, e independente de pressão votando alguma coisa, e daí alguém poderia dizer tchau, ou volte ou fique, o que era constrangedor mas era a realidade, dizendo ainda que apesar do PMDB ser o partido de maior interesse não era por acaso que estava ali, tinha contribuído também para o resultado das eleições e seria a sucessão, mas deveria se cuidar e fazer um bom governo se chegasse a isso, e se caso a presidenta Dilma voltasse que isso servisse de exemplo e de escola e prevalecesse somente as coisas boas. O Vereador **LAURECI** também comentou o momento vivido no domingo anterior dizendo que parecia que para quem vivia em uma cidade pequena no interior do Paraná não fazia diferença tudo o que tinha acontecido em Brasília, mas fazia sim, porque todos os municípios, independente de porte ou de região do país, com exceção de algumas que podiam ser mais privilegiadas por serem base política da presidente de república até então, mas os municípios pequenos também sofriam com esse governo que vinha se arrastando a muito tempo. Falou que era inegável os benefícios que vários municípios, inclusive este, obtiveram, conforme citado na Tribuna pelo Vereador Osvaldir, ao qual parabenizou dizendo que fazer a defesa da atual presidente era para poucos e este vereador conseguia fazer, mas tinha um porém, pois não era pelo fato de o governo estar ajudando com programas sociais, atendendo a pessoas carentes que deviam ser atendidas, que dava o direito de retirar e soltar a corda para depois pegar pelo pescoço. Disse que o atual governo, com todo respeito à presidenta, não tinha mais condições de governar o país, pois não tinha mais base política nem sustentação e como tinham visto nos últimos dias teve que oferecer cargos a partidos para poder angariar votos para que o processo de impeachment não tivesse sequência, e com isso não queria dizer que a saída da presidente fosse a melhor coisa para o país haja visto que o vice presidente Michel Temer também estava sendo acusado e investigado,



# Câmara Municipal de Inácio Martins

CNPJ 77.778.827/0001-55

além do presidente da Câmara que em sua opinião também não era santo; que preocupava de certa forma o atual momento político que o país vinha passando, e ainda acreditava particularmente que no momento a saída da presidente Dilma talvez não fosse a solução mas talvez um caminho para que o país voltasse ao rumo do crescimento, pois no momento não se via uma perspectiva a médio ou curto prazo. O Vereador **JOÃO ARTUR** falou sobre os trabalhos da Comissão Processante contando que durante o dia realizaram-se trabalhos externos com aferições de medidas constantes de notas fiscais referente a cortes de grama, capina e pinturas de meio fio dentro da cidade na escola Maria Turra, na rodoviária, Ruas Sete de Setembro, Duque de Caxias e Generoso Marques, no PSF, na escola de Goes Artigas e em mais algumas onde passaram o dia todo junto com o Vereador Laurici e o técnico designado pelo município, senhor Jorge Adir Neves, onde tiveram conferindo todas as medidas e fizeram uma ata dos trabalhos que deveria ser encaminhada para o prefeito no próximo dia, e destacou a ausência do Vereador Valdir Cabral, membro da comissão, nos trabalhos deste dia. Também contou que a Comissão estava verificando a contratação de um perito para verificar a situação em relação ao Posto de Saúde para o que o prefeito já havia sido notificado para se manifestar se aceitava ou impugnava a indicação do profissional habilitado, engenheiro Dagoberto Waydzik, dizendo com isso que as coisas estavam andando, os trabalhos estavam bastante adiantados, e ainda que para a próxima sessão traria mais notícias de como estaria o andamento dos trabalhos. Encerrados os pronunciamentos da Explicação Pessoal o Presidente informou ao plenário a composição da Comissão de Investigação aprovada nesta sessão, onde seus membros informaram a seguinte composição: Presidente – Osvaldir Nunes Pereira; Relator - Sidnei Lopes; Membro – Laurici José de Oliveira. Nada mais havendo a ser tratado declarou encerrada a sessão convocando a próxima sessão ordinária para o dia vinte e cinco de abril, excepcionalmente às dezenove horas, ficando lavrada a presente Ata que após lida e achada de conformidade foi assinada pelos vereadores presentes.